

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO
Época Especial
ANO LECTIVO 2023/2024 – NOITE

DIA 6 DE SETEMBRO DE 2024

GRELHA DE CORRECÇÃO

Responda a quatro das perguntas seguintes, sistematizando e fundamentando as suas respostas:

1. Em que medida foram as revisões constitucionais da Constituição de 1976 decisivas para o modelo de contencioso administrativo vigente?

Identificar as 3 revisões constitucionais relevantes; indicar as normas que influenciaram o modelo de contencioso vigente (jurisdição; garantias dos particulares); falar da influência recíproca CRP/Lei processual e vice versa

2. Em que sentido se pode caracterizar o Supremo Tribunal Administrativo como um tribunal híbrido?

No sentido em que é tanto um tribunal de primeira instância como de recurso: indicar as disposições que fundamentam estas afirmações

3. A anulação de um regulamento deve provocar a anulação dos actos a que tenha servido de suporte?

Distinguir os tipos de normas; indicar a norma relevante para a resposta à questão; debater o seu sentido e limites

4. Os poderes conferidos pelo artigo 85º do CPTA ao Ministério Público são compatíveis com o princípio do processo equitativo?

Definir o princípio do processo equitativo; identificar os poderes listados no artigo 85º CPTA; escrutinar a sua compatibilidade com o princípio do processo equitativo

5. Pode um tribunal arbitral pronunciar-se sobre um pedido de condenação à prática de um acto administrativo devido?

Referir as disposições relativas aos tribunais arbitrais; demonstrar que o pedido é admissível, embora não claramente identificado na norma relevante

DURAÇÃO: 1H30
COTAÇÃO: 4 x 5 vol